



## Carta de Apresentação - Chapa 2: [Re]Agir

Apresentamos a Chapa para “[Re]Agir” ao retrocesso, acreditando em uma discussão propositiva a respeito do cenário de destruição e ataques à educação pública brasileira, aos serviços públicos de qualidade e à desvalorização da Ciência brasileira.

O que se observa, hoje, no Brasil, é a expansão da ultradireita, casada com os neoliberais do Estado mínimo, produzindo um futuro ainda mais incerto e desumano para uma nação historicamente desigual. Estamos vendo de forma mais agudizada a redução de postos de trabalho, a precarização e a retirada de direitos trabalhistas, o arrocho salarial, o desemprego, reduções nas aposentadorias e cortes nos investimentos em Saúde e Educação. Não bastasse isso, estamos ainda sofrendo as consequências de uma pandemia do coronavírus que já matou aproximadamente 700.000 pessoas e que agravou a crise econômica promovida pelo governo Bolsonaro. Isso expõe a face mais cruel de um sistema que prioriza as grandes economias às Vidas. Tudo isso, com vistas a garantir a manutenção das elevadas taxas de juros para o sistema financeiro, ao mesmo tempo em que promove a expansão do crédito subsidiado para alguns setores da economia, protegendo o privilégio de poucos.

Nesse contexto de profunda crise econômica, sanitária, política e social, o governo Bolsonaro - aproveitando-se da pandemia e da consequente dificuldade de mobilização da classe trabalhadora e da juventude – vem intensificando reformas que já vinham sendo promovidas por governos anteriores e que são verdadeiros ataques aos direitos sociais, trabalhistas e políticos da população. Nesse processo, as maiores vítimas são os trabalhadores mais pobres e, em particular, as mulheres, a juventude, os negros, as negras e o povo marginalizado das periferias. Nos marcos desses ataques, os serviços públicos em geral, e a Educação em particular, são os mais visados

neste momento. No caso da Educação Pública Superior, está ocorrendo um verdadeiro desmonte das universidades, reduzindo os recursos federais para todos os níveis de ensino, incluindo a pesquisa e a extensão. Pelas mãos de Bolsonaro, a UFSM experimenta, hoje, um dos mais baixos orçamentos da sua história, obrigando a universidade a reduzir investimentos, demitir terceirizados, cancelar bolsas e reduzir a assistência estudantil.

Mais do que uma questão orçamentária, o governo federal tem adotado uma política ideológica com censura e perseguição àqueles que são contrários ao seu projeto de destruição. Isso se expressa na redução da autonomia das universidades e institutos federais, com a nomeação de interventores e de reitores menos votados nas listas tríplices; se expressa pela drástica redução de recursos para a ciência, que não apenas inviabiliza os pagamentos de bolsas de pesquisa, mas impede o avanço do conhecimento. Se expressa na censura a qualquer discussão de políticas inclusivas ou de igualdade de gênero. Se expressa na militarização das escolas, na interferência ideológica no Enem, dentre outros.

Desde o início do mandato, por meio do programa FUTURE-SE, o governo já sinalizava com a sua intenção de desobrigar o Estado Brasileiro de seu dever constitucional de investir na manutenção e no desenvolvimento de suas instituições de ensino superior. Na sua versão mais bem acabada, o programa decretaria o fim da autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das IFES e dos Institutos Federais (IF) e estabeleceria a autonomia (ou o abandono) financeira(o) dessas instituições, que passariam a ser geridas por Organizações Sociais (OS) e/ou Fundações de Apoio que facilitariam a captação de recursos próprios no mercado. Como consequência disso, ficaria decretado o fim da universidade pública, gratuita, laica e socialmente referenciada no Brasil.

Em meio a essa desintegração do patrimônio público e das conquistas históricas da classe trabalhadora brasileira, o trabalho docente se vê cada vez mais diante de mecanismos de precarização, com a redução de recursos e falta de estrutura; servidores com salários congelados há 4 anos, sem reposição e acumulando uma perda de 19,99%; adoecimento docente pela jornada excessiva de atividades e prazos piorados durante a pandemia; as ameaças de uma reforma administrativa, que pode extinguir ou limitar os concursos públicos

e a possibilidade de estabilidade do servidor público; uma redução salarial pelo aumento das alíquotas previdenciárias, aumentando ao mesmo tempo o valor da contribuição e diminuindo o valor a ser recebido no futuro.

Durante a pandemia, os professores tiveram que arcar com todos os custos do trabalho remoto. Agora, ao retornar ao presencial, deparamo-nos com uma discussão de teletrabalho, que deverá em breve afastar muitos dos servidores técnico-administrativos das funções presenciais, promover a evasão discente e aumentar ainda mais a burocratização de uma universidade cada dia mais "digitalizada". Em nada disso a categoria teve o apoio da atual diretoria de nossa seção sindical na discussão sobre o assunto, na sua problematização com a reitoria e na mobilização dos docentes para fazer o enfrentamento. Faltou empatia e acolhimento.

Todo esse complexo de medidas, inserido na lógica das outras reformas já implantadas por governos anteriores, além de decretar, como dissemos, o fim da Universidade Pública, Gratuita, Autônoma, Laica e Socialmente Referenciada, e de inserir a lógica simples do mercado na educação superior, retira verbas que deveriam ser destinadas ao ensino, à pesquisa e à extensão para, por meio do Sistema da Dívida Pública, garantir lucros aos banqueiros e aos grandes empresários financiadores das campanhas. Não bastasse isso, tem promovido também, a exclusão cada vez maior da classe trabalhadora e da população pobre do campo e da cidade, dificultando ainda mais o acesso e a permanência na educação superior em nosso país, aos jovens que hoje representam dois terços dos alunos e alunas das instituições públicas de ensino.

A continuidade da defesa da Universidade efetivamente pública, gratuita, autônoma, de qualidade, democrática e socialmente referenciada, estruturada na indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, é tomada por nós como pauta absolutamente necessária e intransferível, como única garantia possível para manter a autonomia didática e científica da universidade, sem as interferências advindas do financiamento privado.

Há bastante tempo, através do financiamento público-privado – com a anuência dos governos brasileiros – o Capital tem se apropriado da produção em ciência e tecnologia das instituições federais de ensino superior, direcionando-a aos interesses do mercado sob os signos da Inovação e do Empreendedorismo. Esse fato tem sido determinante para a desconstrução do

caráter público e socialmente referenciado dessas instituições de ensino. Para se contrapor a essa política, a Chapa [Re]Agir defende que é necessário colocar em curso, no âmbito da ciência e da tecnologia, um processo que reforce o ideal de um sistema único de educação que inclua o ensino superior público e a produção científica e tecnológica como patrimônio social a serviço das necessidades e solução dos problemas que afligem a maioria da população brasileira.

Para, além disso, enfrentar esses ataques do governo contra o projeto de universidade pública que estamos construindo há mais de trinta anos, e para impedirmos que nossos direitos duramente conquistados na luta continuem sendo retirados, é necessário fortalecer a nossa SEDUFSM por meio da aproximação do sindicato com os problemas concretos enfrentados pela base da categoria; e isso só pode se dar com a mobilização de todos/todas os/as docentes da UFSM. Mais do que isso, é imprescindível construir uma unidade de ação com aqueles segmentos da classe trabalhadora – especialmente com as demais categorias de servidores públicos – que estejam dispostos à luta; avançar na construção de um ANDES-SN classista, autônomo e democrático e da nossa central sindical CSP-Conlutas combativa, de luta e independente dos governos, dos patrões e dos partidos políticos.

É, pois, no contexto desses ataques que nós, da Chapa [Re]Agir, reafirmamos a nossa autonomia frente a qualquer governo, aos partidos políticos e à reitoria, e reforçamos a nossa disposição à luta a favor da nossa classe trabalhadora e da nossa categoria docente, e contra o desmonte do serviço público que vem se agravando nas duas últimas décadas.

Estamos cientes das dificuldades que teremos pela frente na medida em que outros ataques estão por vir, mas não podemos aceitar que estes ataques venham a encontrar o sindicato totalmente inerte e desmobilizado, tal como se apresenta nestes últimos dois anos. A SEDUFSM carrega uma história de lutas e conquistas coletivas que não pode ser enterrada diante de interesses partidários ou eleitoreiros. É preciso [Re]Agir! Para tanto, nos propomos a enfrentar o desafio de representar os professores e as professoras da UFSM na direção da SEDUFSM para o biênio 2022-2024.

## Membros da CHAPA [Re]Agir:

**Presidente** – Gihad Mohamad - Professor do Departamento de Estruturas e Construção Civil, Centro de Tecnologia.

**Vice-presidente** – Hugo Gomes Blois Filho – Professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Centro de Tecnologia.

**Secretária Geral** – Maristela da Silva Souza - Professora do Departamento de Desportos Individuais, Centro de Educação Física e Desportos.

**Primeira Secretária** – Carmem Dickow Cardoso - Professora do Departamento de Química, Centro de Ciências Naturais e Exatas.

**Tesoureiro Geral** – João Carlos Gilli Martins - Professor aposentado do Departamento de Matemática, Centro de Ciências Naturais e Exatas.

**Primeiro Tesoureiro** – Carlos Alberto da Fonseca Pires - Professor do Departamento de Geociências, Centro de Ciências Naturais e Exatas.

**Primeiro Suplente** – Francisco Estigarribia de Freitas - Professor aposentado do Departamento de Metodologia do Ensino, Centro de Educação.

**Segundo Suplente** – Gianfábio Pimentel Franco - Professor do Departamento de Ciências da Saúde, Campus Palmeira das Missões.

**Terceira Suplente** – Luciana Menezes Carvalho - Professora do Departamento de Ciências da Comunicação, Campus Frederico Westphalen.